OPINIÃO SOCIALISTA

PSTU

Nº582

De 23 de novembro a 5 de dezembro de 2019

Ano 22

R$2 | (11) 9.4101-1917 | PSTU Nacional | www.pstu.org.br | @pstu | Portal do PSTU | @pstu_oficial

LIT-QI — Liga Internacional dos Trabalhadores Quarta Internacional

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição, *MAS SÓ SE TIVER DINHEIRO.*

SEUS DIREITOS NO BOLSO DOS BANQUEIROS

Pacote de Bolsonaro e Guedes tira direitos trabalhistas e sociais da Constituição para garantir ainda mais dinheiro para os banqueiros

REPORTAGEM ESPCIAL



Chile, uma revolução em curso

Não são só 30 pesos, são 30 anos

PÁGINAS 11, 12 E 13

páginadois

CHARGE



Falou Besteira



"Taxar seguro-desemprego é palatável"

ROGÉRIO MARINHO, secretário de Previdência e Trabalho, sobre o Emprego Verde e Amarelo do governo, que taxa desempregado para bancar a redução de impostos para os patrões

TODA SEMANA NO NOSSO

CANAL



HOMENAGEM

Camarada Robson, presente!

PSTU MINAS GERAIS



No dia 15 de novembro, faleceu o companheiro Robson Pamplona, também conhecido como Padre. Robson faleceu num trágico acidente de carro próximo à cidade de Barbacena. No acidente também morreu sua sogra, Margarida Mendonça. Sua companheira, Luana Mendonça Pamplona, e a filha foram hospitalizadas.

Robson era metalúrgico na empresa Imbel, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Itajubá e militante do PSTU. Jovem, de apenas 32 anos, era um lutador incansável. Nós, militantes do PSTU, em particular os companheiros de Minas que convivemos com ele, choramos a morte de um amigo e a perda de um militante que dedicou sua vida à organização e à luta da classe operária.

A morte de Robson é uma perda imensurável para todos que o conheciam. Neste momento, também prestamos todo nosso apoio à família. Toda nossa solidariedade à família, aos companheiros de trabalho e de militância. Muita força a todos e todas.

Robson, presente agora e sempre!

MENTIRA TEM PERNA CURTA

Desmatamento recorde



Os dados mais recentes divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) dão conta de um desmatamento recorde na Amazônia na década. Entre agosto de 2018 e julho de 2019, o desmatamento avançou 29,5%, acabando com uma área de 9.762 quilômetros quadrados de floresta.

É o resultado de uma política de favorecimento do agronegócio e desmonte dos órgãos de fiscalização que vem desde o governo do PT, mas que com Bolsonaro ganhou um novo impulso. O presidente já havia atacado o Inpe, afirmando que os dados eram exagerados e que o órgão estaria a serviço de ONGs, a ponto de demitir o diretor do instituto, Ricardo Galvão.

Agora, sem poder dar qualquer desculpa destrambelhada para justificar a tragédia ambiental, o governo se limita a anunciar ações para inglês ver, como transferir partes de órgãos de identificação, monitoramento e pesquisa para a Amazônia. Ao mesmo tempo, projeto do governo pretende liberar a mineração nas terras indígenas, afetando 30% dessas áreas, 160 etnias e 12 povos isolados.

Expediente

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal da Editora Sundermann.
CNPJ 06.021.557/0001-95 / Atividade Principal 47.61-0-01.

JORNALISTA RESPONSÁVEL Mariúcha Fontana (MTb14555)

REDAÇÃO Diego Cruz, Jeferson Choma, Luciana Candido

DIAGRAMAÇÃO Jorge H. Mendoza

IMPRESSÃO Gráfica Atlântica

CONTATO

FALE CONOSCO VIA **WhatsApp**

Fale direto com a gente e mande suas denúncias e sugestões de pauta

(11) 9.4101-1917

opiniao@pstu.org.br

Av. Nove de Julho, 925. Bela Vista - São Paulo (SP). CEP 01313-000



NOSSAS SEDES

NACIONAL
[illegible]

ALAGOAS
[illegible]

AMAPÁ
[illegible]

AMAZONAS
[illegible]

BAHIA
[illegible]

CEARÁ
[illegible]

DISTRITO FEDERAL
[illegible]

ESPÍRITO SANTO
[illegible]

GOIÁS
[illegible]

MARANHÃO
[illegible]

MATO GROSSO DO SUL
[illegible]

MINAS GERAIS
[illegible]

PARÁ
[illegible]

PARAÍBA
[illegible]

PARANÁ
[illegible]

PERNAMBUCO
[illegible]

PIAUÍ
[illegible]

RIO DE JANEIRO
[illegible]

RIO GRANDE DO NORTE
[illegible]

RIO GRANDE DO SUL
[illegible]

RONDÔNIA
[illegible]

RORAIMA
[illegible]

SANTA CATARINA
[illegible]

SÃO PAULO
[illegible]

SERGIPE
[illegible]

BASTA DE BOLSONARO

Organizar a luta para derrotar Bolsonaro já!

A onda de insurreições vem se alastrando pela América Latina. Agora, desembarcou na Colômbia, que teve, no dia 22 de novembro, a maior greve geral dos últimos 40 anos. O país se junta, assim, ao grupo de países como Equador, Honduras e, principalmente, o Chile, onde a classe trabalhadora e a população vêm tomando as ruas contra os governos e as políticas neoliberais que levam miséria a milhões de pessoas e aprofundam o fosso social que separa os pobres cada vez mais pobres da pequena fração de ricos cada vez mais ricos.

No Brasil, o governo Bolsonaro, após a reforma da Previdência, intensifica a guerra social contra a classe trabalhadora e o povo pobre. O plano encabeçado por Paulo Guedes é o de promover uma política econômica de terra arrasada no país sem qualquer mediação. Este plano inclui o fim de qualquer resquício de direito social e trabalhista, o fim dos serviços públicos e a entrega completa do país ao capital estrangeiro.

Todos os dias acontece algum ataque contra os nossos direitos. Trabalho aos domingos, taxação do seguro-desemprego, contrato precarizado etc. Enquanto isso, o desemprego só aumenta, e os que conseguem ficar no serviço veem cada vez mais seus colegas serem substituídos por outros que ganham bem menos, até chegar à sua vez.

O projeto de Bolsonaro-Mourão e Paulo Guedes é fazer no Brasil o que a ditadura Pinochet fez no Chile: perpetuar um programa neoliberal e privatista na Constituição, que impossibilite qualquer rede pública de educação e saúde, para que todos os serviços, até mesmo os mais básicos, estejam por completo nas mãos dos grandes capitalistas. O que eles querem é extinguir todos os direitos, destinar ainda mais recursos aos banqueiros por meio da dívida e privatizar os serviços públicos.

CRIMINALIZAÇÃO

Como reflexo da crescente polarização social, assim como do avanço das lutas sociais no continente, o governo e a extrema-direita fazem uma ofensiva contra os movimentos sociais, além de provocações como os insultos racistas proferidos pelos deputados do PSL na Câmara



dos Deputados na véspera do Dia da Consciência Negra.

O deputado Coronel Tadeu (PSL) quebrou uma placa com uma charge que denunciava o genocídio do povo negro pela polícia numa exposição da Câmara sobre o 20 de Novembro. Seu colega de partido, Daniel Silveira, foi à tribuna defender o correligionário e chegou a dizer que negros morrem mais nas mãos da polícia porque “tem mais negros no crime”.

O governo Bolsonaro, por sua vez, enviou o chamado excludente de ilicitude ao Congresso Nacional. A medida garante a impunidade ao militar que cometer algum crime durante uma Garantia da Lei e da Ordem (GLO). O objetivo é concretizar a ameaça do filho de Bolsonaro, o deputado Eduardo Bolsonaro, que afirmou que haveria um novo AI-5 caso houvesse no Brasil manifestações como no Chile. O governo se antecipa a uma explosão social garantindo os mecanismos para a repressão, no caso um cartão verde para todo tipo de arbitrariedade dos militares contra o próprio povo.

UNIDADE PARA LUTAR

Diante dos ataques diários do governo Bolsonaro e da crise social cada vez mais dramática, é urgente toda a unidade para lutar e derrotar o governo. No entanto, as direções do PT, e por consequência PSOL e PCdoB, estão mais preocupadas com as eleições de 2022. Na reunião das centrais para definir uma resposta ao pacote do governo, recusaram-se a chamar qualquer mobilização para este ano. O PT aponta como única estratégia uma frente ampla de partidos para as eleições daqui a três anos.

É preciso derrotar Bolsonaro já! Uma frente ampla para as eleições, como defende o PT, além de submeter a mobilização à lógica eleitoral, pretende reeditar o velho programa de conciliação de classes, corrupto e ligado a grandes empresas, bancos e empreiteiras. Um programa que, em grande parte, possibilitou que chegássemos à situação atual.

Nas eleições, o que se coloca em debate é um programa e um projeto de país. O do PT, no fundo, é o mesmo que está sendo aplicado pelo Congresso Nacional, no qual cabem partidos como o MDB, além de políticos como Rodrigo Maia. O PSTU chama a unidade para lutar com todos os que estejam dispostos a isso, e essa é a extrema urgência que temos. Mas não vamos defender um programa que ataca os trabalhadores nem alianças com setores que defendem isso.

DERROTAR BOLSONARO JÁ!

Diante do quadro de ataques do governo Bolsonaro, a CSP-Conlutas está chamando um dia nacional de lutas para o dia 5 de dezembro. É um primeiro passo rumo a uma mobilização maior, em que se coloca a necessidade de uma greve geral para derrotar o governo e seu projeto.

“A CSP-Conlutas se empenhará com todas as forças na construção dessa mobilização, que acreditamos ser fundamental que também seja assumida por todas as centrais sindicais e organizações do movimento popular e da juventude que estejam dispostos a barrar os ataques deste governo”, afirma a nota divulgada pela central.

GOVERNO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES

É preciso nos apoiarmos nas lutas que ocorrem na América Latina e prestarmos solidariedade ativa a nossos irmãos que estão nas ruas enfrentando seus governos. Aqui, devemos seguir esses exemplos, indo às ruas contra o projeto neoliberal de guerra social contra os trabalhadores e o povo pobre.

Precisamos de outro projeto e de outro governo, que governe com outra lógica e que faça com que sejam os ricos que paguem pela crise. Um governo socialista dos trabalhadores, baseado em conselhos populares, que aplique um programa para os 99% e não para o 1% de ricos como é hoje.

DEBATE

Na luta para derrotar Bolsona política da nossa classe para g

ZÉ MARIA, METALÚRGICO E PRESIDENTE NACIONAL DO PSTU



O governo Bolsonaro anunciou um conjunto de medidas que, se efetivadas, serão ataques muito graves aos direitos da classe trabalhadora e do povo pobre e aos interesses do país. Isso se soma ao total desprezo pelos direitos humanos e pela preservação do meio ambiente, demonstrado à exaustão por esse governo, assim como as constantes ameaças às liberdades democráticas e a defesa recorrente que faz da ditadura militar.

O aparente caos do governo tem, portanto, um sentido prático bem definido: submeter por completo o país e a classe trabalhadora aos interesses dos grandes monopólios imperialistas, aos banqueiros e aos grandes empresários. Com a ameaça de ditadura, pretende nos obrigar a aceitarmos tudo isso calados. Essas são as razões pelas quais é preciso derrotar esse governo já! Por outro lado, esse objetivo levanta um problema: o que colocar no lugar? Qual a alternativa política para governar o país?

É nesse contexto que o PT e Lula, apoiados na repercussão da libertação do ex-presidente, lançam-se ao ataque contra o governo Bolsonaro, tratando de apresentar ao país a sua alternativa política – uma frente ampla eleitoral para governar o país, reunindo os partidos de oposição, encabeçados pelo PT e por Lula, é óbvio. O PSOL já está engajado na ideia. Aliás, algumas lideranças desse partido foram mais entusiastas que muitos petistas da campanha "Lula Livre" que agora, além do conteúdo, assume também a forma da campanha eleitoral antecipada que sempre foi. O PCdoB também tende a enveredar-se por esse caminho, devido à sua tradicional subordinação ao partido de Lula.

O PSTU, em primeiro lugar, quer saudar a disposição anunciada pelo PT e por Lula de ir às ruas contra Bolsonaro. Fazemos votos de que isso não seja jogo de cena para fortalecer candidaturas para as eleições de 2022. Seria uma traição não fazer tudo que estiver ao nosso alcance para derrotar esse governo já. Estaremos na linha de frente do esforço para construir a unidade, uma frente única para lutar em defesa dos direitos dos trabalhadores. Estamos prontos para construir um programa mínimo comum para essa luta, que possa unir todas as organizações sindicais, populares e partidos políticos que queiram lutar.

Da mesma forma, a frente ampla eleitoral que o PT defende como alternativa política não conta com nosso apoio nem contará com a nossa participação. Não defendemos uma volta aos governos petistas que contribuíram para chegarmos onde estamos hoje. Defendemos mudanças de fundo no país para que sejam os ricos, os banqueiros e os poderosos a arcar com os custos da crise que aí está.

Por que isso é oposto à alternativa política que defende o PT e seus aliados?

BOLSONARO APROFUNDA E RADICALIZA UM PROCESSO QUE JÁ VEM DE ANTES

Essa guerra social contra as condições de vida do nosso povo e contra os interesses do país não começou agora. Vem de antes, dos governos anteriores, do MDB e PSDB, passando por Collor de Mello. Quem não se lembra das privatizações e dos ataques aos direitos dos trabalhadores no governo FHC?

Os governos do PT se inserem nesse mesmo contexto. As

Isso aconteceu porque no governo do PT a prioridade na alocação dos recursos também eram os interesses dos bancos e dos grandes empresários. Isso foi resultado da aliança que esse partido fez com o grande empresariado para ganhar as eleições e para governar.

concessões às parcelas mais pobres (como Bolsa Família, ProUni etc.) apenas enfeitavam um governo cuja essência estava voltada aos interesses dos bancos e dos grandes empresários. Lula fez uma reforma da Previdência no início do seu primeiro mandato, atacando direitos dos servidores. Só não aprovou uma reforma trabalhista ainda em 2005 porque houve resistência das organizações sindicais.

Dilma atacou o seguro-desemprego num momento em que aumentava o número de desempregados no país, dificultou o acesso ao abono do PIS dos mais pobres. A lei antiterrorismo não tinha outro objetivo que não fosse atacar e criminalizar as organizações e a luta dos trabalhadores. Lula, para atender o agronegócio, também virou as costas para a reforma agrária, os direitos dos povos indígenas e quilombolas e o meio ambiente. Mandou tropas para ocupar o Haiti e, além de tudo isso, o PT governou em meio ao mesmo "toma-lá-dá-cá" de sempre, resultando na mesma corrupção dos demais governos.

Tanto eram superficiais as melhorias que o governo propiciou para os mais pobres e excluídos que tudo se perdeu rápido no início da crise, ainda no governo Dilma. Aí a crise já começou a ser descarregada nas costas dos mais pobres. É isso que explica a revolta que cresceu de forma vertiginosa no interior da classe trabalhadora contra Dilma e contra o PT.

Isso aconteceu porque no governo do PT a prioridade na alocação dos recursos também eram os interesses dos bancos e dos grandes empresários. Isso foi resultado da aliança que esse partido fez com o grande empresariado para ganhar as eleições e para governar. Os governos petistas deram seguimento à privatização das riquezas naturais do país inaugurada por FHC. Lembram-se do leilão do Campo de Libra do pré-sal, realizado por Dilma, com direito a tropas do exército para reprimir manifestantes contrários à privatização?

ro, construir uma alternativa governar o país

No início do primeiro mandato de Lula, 60% das exportações eram compostos por produtos industrializados e 40% por produtos primários. Isso se inverteu no final de seu governo, mostrando que a desindustrialização e a subordinação ao imperialismo avançaram durante os mandatos do PT.

Mas o imperialismo e a burguesia brasileira querem mais, querem aprofundar o saque das riquezas do país e transformar os trabalhadores em escravos. É isso que Bolsonaro verbaliza quando diz que o trabalhador tem de escolher emprego ou direitos. Dessa forma, o capitalismo busca superar suas crises, aumentar mais e mais sua taxa de lucro. Os ricos ficam cada vez mais ricos, e os pobres imersos numa miséria cada vez maior. O governo Bolsonaro subiu para garantir isso, para aprofundar ainda mais a exploração do povo e subordinar o país ainda mais aos interesses das grandes transnacionais. Por essa razão, apesar das crises, ele é apoiado pelos bancos, pelos grandes empresários e pelo imperialismo.

O BRASIL PRECISA DE UM GOVERNO DOS OPERÁRIOS E DO POVO POBRE

A tarefa neste momento é derrotar o governo Bolsonaro. Ele é o instrumento fundamental dos bancos e dos grandes empresários para continuarem saqueando o país e atacando os direitos da classe trabalhadora. Com esse objetivo, estamos prontos para lutar, ombro a ombro, com todas as organizações que queiram ir às ruas, inclusive com o PT. Aliás, ir às ruas contra esse governo é obrigação de todas as organizações, devemos exigir isso de todas elas.

Porém a alternativa que nossa classe precisa colocar no lugar de tudo que aí está é um governo que mude por completo a lógica com a qual se governou até hoje. Que destine os recursos do país e a riqueza produzida pelo nosso trabalho para garantir vida digna para o povo e futuro para a nossa juventude. Que suspenda o pagamento da falsa dívida pública aos bancos e coloque esse recurso para assegurar saúde, educação, transporte, moradia e saneamento públicos, de qualidade, para todos e todas. Que pare as privatizações e tome de volta as empresas públicas entregues ao capital privado. Que estatize os bancos e as grandes empresas, colocando-as sob o controle dos trabalhadores, e nacionalize as terras do país, acabando com o controle que as grandes multinacionais do agronegócio têm sobre o recurso mais importante do país. Que coloque tudo isso a serviço da geração de emprego decente, de salários dignos, de condições de trabalho e aposentadorias justas. Que acabe com toda forma de discriminação e opressão contra mulheres, negros, LGBTs, indígenas.



Ocupa Brasília contra as reformas, 2017.

Ou seja, precisamos de um governo que acabe com o capitalismo que nos escraviza e faça avançar a construção do socialismo, uma sociedade na qual todas e todos tenham acesso a tudo que precisam do ponto de vista material, mas também àquilo que é necessário para seu desenvolvimento espiritual, acesso ao conhecimento, à cultura, ao lazer, enfim, a uma vida feliz.

Por isso, defendemos a revolução que o povo chileno está fazendo como exemplo. É com o povo nas ruas que teremos força para realizar as mudanças com a profundidade que queremos em nosso país. Não é com as eleições controladas pelo poder econômico, como as que temos aqui a cada dois anos, que vamos alcançar essas mudanças. Tampouco o governo que precisamos pode funcionar com estas instituições corrompidas e subordinadas aos donos do dinheiro como temos hoje. Precisamos de um governo dos operários e do povo pobre, que governe o país por meio de conselhos populares, nos quais o povo trabalhador decida tudo de forma direta, representado nesses conselhos. Só um governo dessa natureza pode garantir as mudanças que tanto necessitamos.

É por essa razão que não participaremos nem apoiaremos a frente ampla eleitoral do PT e de seus aliados. A alternativa política que nossa classe precisa para mudar o país não pode ser construída junto com estes setores, mas contra eles. Ou o PT mudou e vai romper sua aliança com os empresários e banqueiros?

Não se trata de um capricho do nosso partido. É que sem isso qualquer governo que assumir vai continuar massacrando o nosso povo e destruindo nosso país para garantir o lucro de banqueiros e grandes empresários.

CAPOEIRA

Salve o mestre que me ensinou a mandinga de bater com pé!

Aos 120 anos de seu nascimento, a Capoeira de Bimba continua a se espalhar pelo mundo.

JORGE H. MENDOZA
DE SÃO PAULO

Em 2014 a UNESCO reconheceu a capoeira como patrimônio cultural da humanidade, consagrando-a como uma das manifestações populares mais expressivas da cultura brasileira. Mas se hoje ela desfruta desse reconhecimento, isso se deve a um homem: Manoel dos Reis Machado, mais conhecido nas voltas do mundo como Mestre Bimba. A capoeira que conhecemos hoje só é o que é e continua existindo graças a ele.

Ele nasceu em 23 de novembro de 1899 em Salvador. Filho de negros numa sociedade que havia acabado com a escravidão há pouco mais de dez anos, Bimba era o caçula de 25 irmãos. Começou a trabalhar cedo. Foi garimpeiro, carpinteiro, almoxarife, condutor de charretes. Trabalhou como estivador no cais e como carvoeiro.



VADIOS E CAPOEIRAS

Junto com a proclamação da República em 1889, o novo código penal dedicava um capítulo inteiro aos “vadios e capoeiras”, condenando como crime “*fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem*”. A punição ia da prisão até a deportação de estrangeiros. Criminalizada, a capoeira era “brincadeira de negro” e deveria ser praticada escondida, nos fundos de quintal, do mesmo jeito que as rodas de samba e o candomblé. Na prática, o que a República dizia para os negros era: “você agora é livre, mas é crime ser negro.”

Ô, MENINO, COM QUEM TU APRENDEU?

Mestre Bimba achava que a capoeira estava perdendo suas raízes e seu caráter de luta. Outras práticas também passavam por esse processo, como é o caso do batuque, do qual seu pai foi campeão. Na época, era um esporte bem violento, mas hoje é apenas sinônimo de música improvisada. Além disso, era preciso livrar a capoeira da perseguição policial. Se a escravidão havia acabado, porque negros ainda eram obrigados a viver assim?

Era preciso reformar a capoeira e tirá-la da marginalidade. Foi então que, em 1932, Bimba decidiu abrir a primeira academia de capoeira. Como a prática só deixaria de ser crime com o código penal de 1940, a academia recebeu o nome de Centro de Cultura Física Regional. Daí o nome que hoje damos a capoeira regional, herança direta de sua criminalização.

REFORMADOR

Bimba promoveu uma mudança global na capoeira, desde a musicalidade ao jogo propriamente dito. Para facilitar o ensino, categorizou e padronizou os golpes e as músicas. Estipulou as graduações, o uniforme e as formaturas. Bimba foi o primeiro a estabelecer um método rigoroso de ensino para a capoeira.

Mais do que isso, Bimba resgatou uma série de outras tradições negras. Em suas mãos, essas práticas passaram a ser apresentações culturais, como é o caso do samba de roda, do maculelê e das puxadas de rede. Diante de uma sociedade racista que criminalizava o negro, Bimba se impôs como educador e divulgador cultural.

A CONSTRUÇÃO DE UM MITO

Audacioso, Bimba costumava dizer que estava “fazendo capoeira para o mundo”. Por isso, não perdia a oportunidade de criar um fato. No Pelourinho, onde hoje está o Monumento da Cruz Caída, ficava o Parque Odeon, onde praticantes de diferentes lutas se exibiam. Desafiou todos os lutadores baianos e saiu invicto. “Bimba é bamba”, dizia o jornal.


NÃO E' FACIL PEGAR UM CAPOEIRISTA...

Livrou-se da aggressão com "cabeçadas" e "rabos de arraia" 1936.


"Mestre Bimba," "campeão na capoeira" desafia todos os luctadores bahianos (1936).

No mesmo ano, deparou-se com uma patrulha policial com sete soldados agredindo pessoas na Ladeira da Vila América. Bimba não só derrotou a patrulha como recolheu as armas e as levou para a sede do jornal, onde deu entrevista denunciando o caso. “*Não é fácil pegar um capoeirista... livrou-se da agressão com cabeçadas e rabos de arraia*”, dizia a nota publicada no jornal A Tarde. Sua fama corria a Bahia e era tanta que em 1953 apresentou a capoeira para Getúlio Vargas pessoalmente. “*A capoeira é o único esporte genuinamente brasileiro*”, declarou Vargas.

LEGADO

O período de efervescência política da época também contribuiu. Na década de 1930, o movimento modernista já via com outros olhos as manifestações populares, em especial a cultura negra. Na política, vivia-se um período de efervescência nacionalista na América Latina.

Mestre Bimba foi um visionário e um grande reformador não só da capoeira, mas da cultura negra no Brasil. Foi também um homem sensível às mudanças de seu tempo. Se por aqui passávamos a reconhecer a capoeira e o candomblé e a formar as primeiras escolas de samba, na América do Norte explodia o sucesso das *big bands* de jazz. Bimba fez parte de uma geração de negros que mudou a cultura negra nas Américas.

Aos 73 anos, contrariando todos os seus discípulos, infeliz com falsas promessas do governo baiano e falta de apoio à capoeira, mudou-se para Goiânia. Em 1974, após uma apresentação, faleceu por conta de um derrame. Em 1996, a Universidade Federal da Bahia deu a Bimba o título de doutor *honoris causa*.

Bimba foi um gigante, no corpo e na alma. Alto, forte e com uma destreza ímpar, ganhava mesmo era contagiando todos com seu carisma. Ensinou de carroceiro a doutor; homem, menino e mulher. Os mais pobres não podiam pagar? Treinavam mesmo assim. Bimba fez de cada academia de capoeira um pequeno quilombo, no qual os negros podiam resistir à marginalidade, à violência policial e ao desemprego e deu a muitas crianças a escola que lhes faltava.

Se hoje a capoeira não se perdeu nem continua a ser tratada como crime, devemos muito à Bimba. Ele, que tanto lutou para se impor como educador e sair da marginalidade, acabou morrendo longe de sua terra que tanto defendeu. Mas para nossa felicidade, não antes de espalhar essa cultura pelo mundo. Ele estava certo. Viva Mestre Bimba!

5º ENCONTRO NACIONAL DE NEGRAS E NEGROS DO PSTU

Os desafios da questão negra para a revolução brasileira e mundial



SECRETARIA NACIONAL DE NEGRAS E NEGROS

Entre os dias 15 e 17 de novembro, o PSTU realizou o seu 5º Encontro Nacional de Negras e Negros, em São Paulo. O tema do encontro foi "Os desafios da questão negra para a revolução brasileira e mundial".

O evento reuniu militantes das quatro regiões do país e teve início com uma mesa de honra com Wilson Honório da Silva, historiador e militante histórico do partido. Ele foi um dos fundadores do Núcleo de Consciência Negra da USP e do Movimento Nacional Quilombo Raça e Classe. Também é autor do livro *O mito da democracia racial: um debate marxista sobre raça, classe e identidade*, publicado pela Editora Sundermann em 2015.

O encontro contou ainda com a presença de Vera Lúcia e Hertz Dias, candidatos à Presidência e à vice, respectivamente, pelo PSTU nas eleições de 2018.

TEMPOS DE REBELIÕES CONTRA O CAPITALISMO E CONTRA O RACISMO

Inúmeros temas foram debatidos nos três dias: a questão racial e as terceirizações, a luta das mulheres negras e o programa socialista para a revolução brasileira e mundial.

Nas palavras do revolucionário Leon Trotsky, "*podemos e devemos encontrar o caminho que nos conduza à consciência dos trabalhadores negros, chineses, hindus e a todos os oprimidos desse oceano humano constituído pelas raças 'de cor', que são as que terão a última palavra no desenvolvimento da humanidade*".

Suas palavras se tornam ainda mais verdadeiras nesta conjuntura na qual há imensos levantes populares em países cuja população é composta, em sua maioria, de não brancos, como é o caso de Hong Kong, Tunísia, Equador, Chile e Haiti.

RAÇA E CLASSE

Preparar um programa para as lutas de hoje e de amanhã

O racismo é uma ideologia criada no capitalismo e utilizada pela burguesia para dividir a classe trabalhadora. Por um lado, condena os negros a uma existência de sofrimento, de superexploração e violência permanente. Por outro, o racismo beneficia a burguesia que se aproveita das rivalidades criadas pelo racismo dividindo e enfraquecendo os trabalhadores.

É o que vemos no Brasil. Afinal, diferente dos governos anteriores, que atacavam o povo negro mas dissimulavam seus ataques e seu racismo, Bolsonaro não esconde que odeia os trabalhadores e que é racista. Por isso, fez uma reforma da Previdência para acabar com nossas aposentadorias e defende impunidade para os policiais que matam pobres e trabalhadores nas cidades brasileiras. O racismo de Bolsonaro, além de punir os negros, divide as forças da classe trabalhadora.

Exatamente por isso, as duas grandes tarefas reafirmadas no encontro do PSTU são: ganhar os oprimidos da classe trabalhadora para a luta contra a opressão e por sua libertação; e ganhar os trabalhadores brancos para a luta contra o racismo. Ou seja, arrancá-los do braço político e ideológico da burguesia.



Uma luta que tem história

Há anos o PSTU é o partido que apresenta o maior número de candidaturas negras nas eleições burguesas. No ano passado, ao apresentar a chapa da operária Vera Lúcia com o rapper e professor Hertz Dias às eleições presidenciais, o PSTU foi o primeiro partido no país a apresentar uma chapa 100% negra.

Para nós, isso é resultado de nosso compromisso com a luta contra o racismo e a certeza de que a classe operária deve controlar a produção e a distribuição das riquezas que ela própria produz.



O PSTU resgata o legado do marxismo na luta pela libertação dos negros, apagado pelas traições do stalinismo. Para nós, resgatar a tradição marxista na luta contra as opressões significa lutar contra toda forma de racismo e organizar os oprimidos e explorados da classe trabalhadora para destruir o capitalismo e construir uma sociedade socialista, livre de exploração e opressão.

NÃO PASSARÃO

Punição já aos deputados racistas do PSL

Na véspera do Dia da Consciência Negra, o deputado Coronel Tadeu (PSL-SP) quebrou uma charge da exposição "Resistir no Brasil", na Câmara dos Deputados. A charge de Latuff, com o título "O genocídio da população negra", mostrava um policial de arma em punho ao lado de um jovem negro com uma camiseta estampada com a bandeira nacional estirado no chão.

Seu colega deputado, Daniel Silveira (PSL-RJ), o mesmo que quebrou a placa de Marielle Franco, mandou qualquer escrúpulo às favas e fez, no próprio plenário, um discurso racista da mesma forma. "É evidente que mais negros morrem", disse. "Há mais negros com arma, mais negros cometendo crime, mais negros confrontando a polícia", esbravejou o racista, reproduzindo a ideia de que negro é bandido. Esses racistas têm de ter seus mandatos cassados e devem ir para a cadeia por esses crimes.

PACOTÃO DO GOVERNO

Único “direito” garantido na Cons



DA REDAÇÃO

O pacotaço do governo Bolsonaro é muito mais que um conjunto de ataques aos direitos, tanto trabalhistas quanto sociais, e à soberania do país. Por trás de medidas como uma segunda reforma trabalhista (veja a página seguinte), a redução dos repasses à saúde e à educação, o fim da estabilidade para servidores e o sinal verde para a privatização geral, está uma alteração que tem como objetivo aprofundar o desvio de recursos para o pagamento da falsa dívida aos banqueiros. Mais do que isso, condiciona gastos sociais à dívida e sacramenta isso na Constituição.

Como isso se daria? Uma das PECs (Proposta de Emenda Constitucional) enviada por Bolsonaro e Paulo Guedes ao Congresso Nacional, por exemplo, altera o artigo 6º da Constituição, que estabelece ser *“direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”*. A PEC 188/2019 insere uma frase: *“Será observado, na promoção dos direitos sociais, o direito ao equilíbrio fiscal intergeracional.”*

“Equilíbrio fiscal” é apenas uma forma menos feia de dizer “direitos sociais só serão levados em conta se houver dinheiro depois do pagamento da dívida aos banqueiros”. A partir disso, tudo o que conhecemos até hoje como direitos e conquistas de muitas lutas inscritas na Constituição de 1988 fica relativizado. O único direito absoluto é o dos grandes banqueiros de continuarem enriquecendo com o mecanismo da dívida pública. Essa vai ser a prioridade absoluta da União, dos estados e dos municípios.

O pacote de Bolsonaro e Paulo Guedes, na prática, funciona como uma espécie de constituinte que marca retrocessos históricos, impondo no Brasil uma Constituição liberal como a de Pinochet no Chile, responsável pela atual explosão social que o país vizinho vive.

PACOTE CONDICIONA DIREITOS SOCIAIS AO PAGAMENTO DA DÍVIDA:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. ***Será observado, na promoção dos direitos sociais, o direito ao equilíbrio fiscal intergeracional.***

PACOTÃO

- PEC do Pacto Federativo 188/2019
- PEC Emergencial 186/2019
- PEC dos Fundos Públicos 187/2019
- MP do Programa “Verde Amarelo”
- Reforma Administrativa*
- Lei das Privatizações*

**Ainda a ser enviada*

Veja o que você vai perder com o pacote

1 PRIVATIZAÇÃO ACELERADA

No mesmo dia em que enviou o primeiro lote de PECs ao Congresso, Bolsonaro assinou o projeto de lei de privatização da Eletrobrás, a maior empresa de energia da América Latina. O governo planeja apresentar em breve um projeto para acelerar as privatizações, utilizando uma lei delegada (o Congresso delega poderes ao Executivo). Com essa lei, seria possível aprovar a privatização em bloco de uma série de estatais numa só tacada.

2 ATAQUE À SAÚDE E À EDUCAÇÃO

O pacotão do governo tenta reduzir os recursos destinados à saúde e à educação. Hoje, estados e municípios são obrigados a destinar 25% da arrecadação para a educação. Para a saúde, os estados devem repassar 12%, e os municípios, 15%. Pela proposta do governo, esses dois índices são somados e fica a cargo do governo definir os percentuais que cada um deve receber. Os estados, por exemplo, deverão gastar 37% para essas duas áreas, mas poderá diminuir o índice da saúde para 20% com a justificativa de aportar mais à educação.
O projeto original previa ainda a inclusão dos gastos com aposentados e pensionistas nesses índices, o que reduziria de forma drástica os repasses. Apesar de o governo ter recuado dessa ideia no início, o relator da PEC do pacto federativo, senador Marcio Bittar (MDB-AC), insiste na medida e ameaça redirecionar parte dos gastos com saúde e educação para a segurança pública.

GOVERNO FICA DESOBRIGADO A INVESTIR EM ESCOLA PÚBLICA

Outro ponto da PEC retira da Constituição a obrigação do governo de dar prioridade ao investimento na expansão da rede pública de ensino onde houver falta de vagas. O objetivo é beneficiar o ensino privado. Só para lembrar, Guedes e sua família têm negócios bilionários na área.

stituição vai ser o dos banqueiros

3 DESVIO (EXTRA) BILIONÁRIO AOS BANQUEIROS

Além de reformar a Constituição para reafirmar a prioridade do pagamento da dívida, o pacote de Bolsonaro e Guedes desvia bilhões aos banqueiros numa tacada só. A PEC dos fundos públicos extingue 248 fundos existentes hoje e repassa todo o seu saldo, algo como R$ 220 bilhões, direto para o pagamento da dívida aos banqueiros. Esses fundos hoje são direcionados a áreas específicas, como saúde, educação e cultura.



4 REDUÇÃO DOS SALÁRIOS DE SERVIDORES E FIM DA ESTABILIDADE

Para assegurar o rígido controle dos gastos públicos e seu direcionamento para o pagamento da dívida, será criado um órgão, o Conselho Fiscal da República, composto pelo presidente da República, pela Câmara dos Deputados, pelo Senado, pelo Supremo Tribunal Federal, pelo Tribunal de Contas da União, além de três governadores e três prefeitos. Esse conselho vai fiscalizar os estados e municípios. Caso seja descumprida alguma das regras fiscais, vai impor um regime de emergência que permitirá reduzir os salários de servidores em até 25%, além de proibir promoções, concursos públicos etc. Além disso, a reforma administrativa deve conter o fim da estabilidade para os novos servidores e facilitar a exoneração no serviço público por meio de uma série de avaliações. Para piorar, Paulo Guedes disse que não dará estabilidade a servidor que seja militante, apontando uma ofensiva autoritária e ditatorial no serviço público.

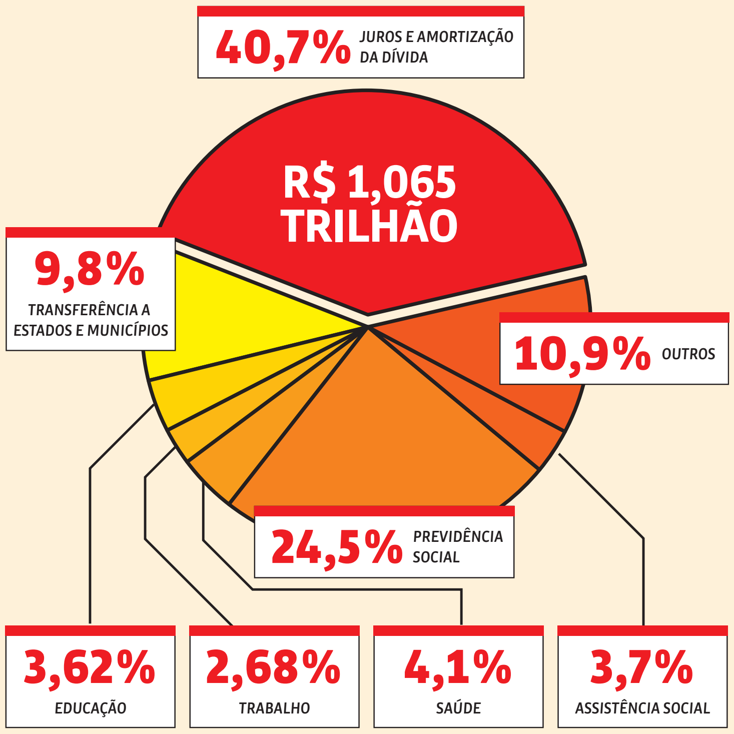
5 SUPERÁVIT (LUCRO) VAI PARA O PAGAMENTO AOS BANQUEIROS

O pacote do governo endurece ainda mais o teto dos gastos públicos aprovado no governo Temer, que congela os gastos em áreas sociais. Agora, todo superávit (lucro) que o governo tiver, ou seja, sempre que a arrecadação superar os gastos, será obrigatório o repasse desse montante ao pagamento da dívida. Fica proibido investir em outra área, como saúde ou educação.

BANQUEIROS ACIMA DE TUDO

A raiz da crise é a falsa dívida pública

ORÇAMENTO FEDERAL EXECUTADO EM 2018 - R$2,62 Trilhões



O pacote do governo acaba com os parcos direitos sociais garantidos pela Constituição e aprofunda a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), na verdade uma lei de irresponsabilidade social, que privilegia o pagamento da falsa dívida aos banqueiros. Mais do que isso, coloca a União, os estados e os municípios para atuarem de forma exclusiva como arrecadadores para o pagamento da dívida. Tudo deve estar submetido a isso. Estabelece uma intervenção caso essa diretiva seja desviada um milímetro.

A justificativa dada pelo governo é um suposto excesso de gastos e a necessidade de um maior controle fiscal. A mesma explicação que deram para a reforma da Previdência. Só não dizem que o maior gasto que existe nesse país é o que vai para o pagamento dessa dívida. Só em 2018, foi R$ 1,065 trilhão para os banqueiros e grandes empresários, mais de 40% do Orçamento da União segundo levantamento da Auditoria Cidadã da Dívida. É de longe o maior gasto do governo. Só para se ter uma ideia, todo o gasto com Previdência Social, que o governo e a imprensa pintam como um grande rombo, não chegou a 25% do Orçamento.

O mecanismo da dívida pública funciona como um grande duto que aspira nossas riquezas para meia dúzia de grandes banqueiros estrangeiros. É uma dívida impagável, pois os juros recaem sobre juros tornando a dívida uma bola de neve. O novo pacotão de Bolsonaro, Guedes e companhia visa aprofundar isso e, no meio de uma crise, sacrificar os direitos dos trabalhadores e do povo pobre para perpetuar essa engrenagem perversa.

PACOTÃO DO GOVERNO

Desempregado vai pagar por desoneração de empresário e precarização do trabalho

DA REDAÇÃO

Pouco depois de anunciar o conjunto de PECs que reforma a Constituição para colocar o pagamento da dívida aos banqueiros como prioridade absoluta, o presidente Bolsonaro e o ministro Paulo Guedes divulgaram uma Medida Provisória apelidada de Programa Verde e Amarelo. O nome não engana: trata-se de uma versão da carteira de trabalho verde e amarela que Guedes tentou incluir na reforma da Previdência, mas acabou não passando.

É uma versão que mantém um dos objetivos do plano original: baratear a mão de obra flexibilizando direitos e desonerando os empresários. O mais absurdo dessa história é que o governo joga seu custo para o desempregado, taxando o seguro-desemprego para cobrir o rombo da redução dos impostos do patrão. O empresário que aderir ao programa não vai mais pagar a alíquota do INSS, o Sistema-S e o salário-educação. A contribuição do FGTS cai de 8% para 2%, e a multa em caso de demissão sem justa causa cai pela metade, dos atuais 40% para 20%.

Quem vai pagar por isso? O trabalhador que estiver recebendo o seguro-desemprego, que vai pagar 7,5% sobre o benefício. Até mesmo o pescador que receber o seguro-defeso vai ser taxado.



PRECARIZAÇÃO

Os trabalhadores contratados por esse programa, jovens de 18 a 29 anos, receberão no máximo 1,5 salário mínimo (R$ 1.497), mesmo que o piso da categoria seja maior, e o contrato de trabalho será de até 24 meses. Além de receber menos pelo FGTS, o percentual de periculosidade cairá de 30% para 5%. Férias e 13º, por sua vez, poderão ser divididos em 13 vezes.

Apesar de a MP limitar esse tipo de contrato em 20% do quadro de funcionários e proibir a substituição de um empregado por outro contratado por essa nova modalidade, a mesma medida enfraquece a fiscalização (veja abaixo). Não é difícil perceber que o que vai ocorrer na prática é a substituição em massa de trabalhadores por funcionários precarizados, além de gerar mais desemprego, já que facilita a demissão e aumenta a jornada de trabalho.

EMPRESÁRIO

- Deixa de pagar INSS
- Deixa de pagar Sistema-S
- Deixa de pagar salário-educação
- FGTS cai de 8% para 2%

TRABALHADOR COM CARTEIRA VERDE E AMARELA

- Teto salarial de R$ 1.497
- Se demitido, multa do FGTS cai de 40% para 20%
- Percentual de periculosidade cai de 30% para 5%
- Férias e 13º parcelado

SEGURO-DESEMPREGO

- Taxado em 7,5%

Minirreforma trabalhista ataca direitos históricos

A MP vai muito além da medida que desonera empresários e taxa o desempregado. É uma minirreforma trabalhista que revoga 37 pontos da CLT e altera outras 22 leis. De forma autoritária, com uma Medida Provisória, o governo muda a Constituição para aprofundar a reforma trabalhista do governo Temer aprovada há dois anos. Na época, o governo prometeu dois milhões de novos empregos entre 2018 e 2019. Agora, a mentira dobra com a promessa de quatro milhões de novos postos de trabalho. Nesse período, não foram criadas novas vagas de trabalho e o trabalho informal e precário explodiu.

Libera trabalho aos domingos e feriados

A MP libera o trabalho aos domingos e feriados, com folga remunerada em outro dia da semana, inclusive aos professores que contavam com uma lei específica proibindo a medida.

Aumenta a jornada de trabalho dos bancários

Além de liberar o trabalho aos sábados, a MP aumenta a jornada de seis horas para oito horas, à exceção dos caixas.

Acidente de trabalho

A medida não considera como acidente de trabalho aquele sofrido pelo trabalhador no caminho até o serviço, mesmo que o veículo seja da empresa.

Revoga a obrigatoriedade de registro profissional

Ficam desobrigados os registros de jornalista, publicitário, radialista, arquivista, artista, atuário, secretário, sociólogo, corretor de seguros e guardador de carros.

Dificulta a fiscalização

A MP proíbe que o auditor aplique multa no primeiro flagrante de alguma irregularidade trabalhista, a não ser que seja muito grave ou que tenha havido acidente fatal. Além disso, determina punições ao auditor que agir de má-fé. Tira ainda a autoridade do sindicato de interditar um local de trabalho sob risco iminente.

Acaba com o serviço social no INSS

A Medida Provisória extingue os atendimentos de assistentes sociais nas agências do INSS. Hoje, assistentes sociais são responsáveis, entre outras coisas, por produzir laudo para o trabalhador pobre poder receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Ataca os sindicatos

Seguindo seus ataques às liberdades sindicais e de organização, a MP traz várias medidas para enfraquecer os sindicatos. Tira o sindicato das negociações de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e enfraquece seu poder de fiscalização. Mas o principal é a medida absurda que impõe multa de R$ 1 mil a R$ 10 mil ao trabalhador sindicalizado que não votar nas eleições sindicais. Uma medida evidente para desmotivar a sindicalização.

Chile, uma revolução em curso

MARIANA E AYALA
DE SANTIAGO (CHILE)

No dia 18 de outubro, teve início um processo revolucionário no Chile que já dura mais de um mês. Em Santiago, as marcas estão por todo lado. São 27 estações de metrô destruídas. Edifícios símbolos dos ricos foram queimados. Supermercados, universidades privadas, bancos.

Em muitos bairros, não sobrou um grande supermercado em pé. No centro e nos bairros há barricadas ou restos delas por todo lado. Inúmeras ruas estão sem placas, pois os postes foram usados na defesa contra a polícia e o Exército.

Há manifestações, paralisações e enfrentamentos com a polícia todos os dias. Em Santiago, a luta é diária no centro e nos bairros. As manifestações gigantescas, que acontecem nas cidades mais importantes do país, reúnem mais gente do que vemos na TV. Acontecem manifestações simultâneas na periferia.

No dia 12, a greve geral teve ampla adesão, somando-se às manifestações. Neste dia, houve uma semi-insurreição. Barricadas, cortes de estrada, enfrentamento contra a repressão se multiplicaram por todo o país, além de incêndios e saques. A polícia não deu conta.

O governo de Sebastián Piñera reuniu-se à noite com as Forças Armadas, ministros e representantes de outros poderes. Depois, fez um pronunciamento na TV, no qual não disse muita coisa. Na verdade, o que esteve em debate era se seria decretado novo estado de emergência e se colocaria o exército de novo nas ruas ou se tentaria alguma concessão e uma saída institucional.



"ACORDO PELA PAZ E PELA NOVA CONSTITUIÇÃO"

No dia seguinte, reuniram-se representantes de partidos que sustentam o governo e de partidos da oposição. No fim do dia apresentaram um "Acordo de pela paz e nova Constituição". A proposta é realizar um plebiscito em abril de 2020, no qual o povo decida se quer uma nova Constituição e se esta deve ser realizada por uma Constituinte com 100% de deputados eleitos para esse fim, ou se por 50% de deputados eleitos e 50% de parlamentares do Congresso. Além disso, o acordo prevê quórum de dois terços dos votos para que qualquer artigo seja aprovado.

Apesar de a direita, pressionada pela semi-insurreição, ter aceitado um plebiscito para uma Constituinte, o acordo não conteve o movimento porque: mantém Piñera; marcou plebiscito só para abril; impõe quórum de dois terços, o que dificulta mudanças. Não parece que vá garantir uma Constituinte livre e soberana. As manifestações continuaram, e há nova greve geral convocada.

A FORÇA E A DINÂMICA DO PROCESSO

A primeira reação de Piñera perante a explosão social foi dizer "estamos em guerra". Decretou estado de emergência, toque de recolher e pôs o exército na rua. Mas o proletariado, com sua juventude na vanguarda, não se intimidou. Enfrentou o exército e a polícia por uma semana. Mais de vinte mortos segundo dados oficiais, milhares de presos, torturas e violações de direitos humanos, nada foi capaz de fazer o movimento recuar.

Em seguida, a fortaleza começou a ceder: Piñera retirou o exército das ruas, pediu desculpas, propôs abrir um processo de emendas à Constituição pelo atual Congresso. Anunciou algumas concessões econômicas e sociais, como aumento das pensões, mas a luta não parou. É muito pouco. O Chile despertou, dizem os chilenos, que descobriram a sua força e não querem voltar à normalidade a troco de nada substancial.

Na semana seguinte, veio a greve geral que a maioria da burocracia sindical quis fazer parecer pacífica, mas ela se entrelaçou com as manifestações e alavancou uma semi-insurreição na prática.

O regime sofreu um duro golpe. Piñera e a institucionalidade tentam desviar o processo com o plebiscito e uma Constituinte controlada. Dispõem-se a ir a uma nova Constituição, retirando a de 1980, da ditadura de Pinochet. De fato, as massas colocaram em xeque a constituição de 1980 – ou a democracia burguesa carregada de características autoritárias.

A transição da ditadura para a democracia burguesa ocorreu de forma negociada no Chile, reformando a Constituição de Pinochet. As características autoritárias, antidemocráticas e antissoberanas da democracia burguesa chilena têm outro componente fundamental: o modelo ultraliberal vigente é regulamentado, blindado e petrificado pela Constituição e não por leis ordinárias.

Esse modelo é a forma como se expressa o capitalismo no Chile, ou o modelo concreto com o qual a burguesia chilena e o imperialismo exploram e saqueiam o país. O choque das reivindicações mínimas e democráticas dos trabalhadores e do povo chileno com o governo e o modelo é, na prática, o choque direto com o sistema capitalista-imperialista e com as características autoritárias que o regime democrático burguês do país carrega.

Há uma revolução em curso no Chile. O caráter dela é socialista, ainda que tenha tarefas democráticas enormes a resolver.

Não são só 30 pes

MARIANA E AYALA
DE SANTIAGO (CHILE)



Para entender o tamanho da raiva e a profundidade do processo revolucionário chileno, é necessário enxergar a brutalidade e a decadência do sistema capitalista e imperialista e a forma como ele se expressa no Chile. Exploração, pilhagem, espoliação e roubo sobre os trabalhadores e o povo, e o país chegou a um ponto intolerável.

Um país em que dez famílias capitalistas, associadas a multinacionais, são donas de quase tudo. Um país em que privatizaram a Previdência, a educação, a saúde, o transporte, as estradas, as empresas, a água, as florestas... tudo. Um país em que a precarização do trabalho, os baixos salários e as aposentadorias são acoplados a um sistema de endividamento das famílias que gera escravidão. Sem qualquer rede de proteção social, perante uma desaceleração econômica, torna a vida insuportável.

O projeto de Paulo Guedes e Bolsonaro é o mesmo que está na base da revolução chilena. O modelo de exploração, de rapina e de espoliação contra a classe trabalhadora e o povo está na Constituição que veio da ditadura de Pinochet. Ao se ter a dimensão de onde estão ancorados os monopólios das famílias burguesas chilenas associadas ao imperialismo, é possível entender por que eles resistem tanto a fazer concessões mínimas e democráticas aos trabalhadores e ao povo.

Por ser muito profundo também, o governo não conseguiu até agora parar o processo em curso nem dividir os manifestantes: separar os "pacíficos" dos "violentos", como vem tentando fazer. O discurso recorrente é de que as manifestações pacíficas não devem misturar-se com a ampla e massiva vanguarda das barricadas, que enfrenta com valentia a polícia e enfrentou o Exército.



O Chile despertou e tem isolado o governo. "Encapuchado, escucha! Gracias por la lucha!", gritam os manifestantes para a vanguarda de massas que enfrenta a polícia e defende as manifestações. As massas enfrentam o modelo econômico, que é a forma como se manifesta o capitalismo no Chile, e o governo e a institucionalidade que o garantem.

A GRANDE PILHAGEM

Enquanto os que trabalham vivem afogados num mar de dívidas, submetidos ao trabalho precário, baixos salários e aposentadorias de fome, umas poucas famílias chilenas que não trabalham figuram entre os grandes bilionários do mundo, incluindo a família do presidente Sebastián Piñera. A fortuna de poucas famílias vem da exploração dos trabalhadores e do povo e da rapina do Estado e dos recursos naturais do país, em associação com os banqueiros internacionais.

DUPLO ASSALTO

Com os bilhões que roubaram com os fundos de previdência (AFPs), apossaram-se das estatais

Depois da reforma da Previdência, as famílias dos poderosos acumularam uma montanha de dinheiro com a privatização da Previdência por meio das Associações de Fundos de Pensão (AFPs). Enquanto muitos aposentados são levados ao suicídio pelas aposentadorias de fome, esta tropa de ladrões capitalistas usou o dinheiro pago mensalmente pelos trabalhadores para comprar empresas estatais a preço de banana: empresas de energia, telefonia etc.

Associados ao capital internacional, roubaram o fundo de pensão dos trabalhadores. Com este dinheiro, levaram as empresas do Estado. Além disso, investiram o dinheiro dos trabalhadores no mercado financeiro, e todo o lucro recebido ficou com eles, enquanto pagam aposentadorias de cerca de R$ 1.700. Um roubo descarado!

Não mais de dez grupos econômicos controlam umas 100 empresas. Se identificadas as famílias proprietárias dessas empresas, apenas três delas possuem um patrimônio maior que 15% do PIB do país.

SÓ HÁ 6 AFPS

16 GRANDES GRUPOS
econômicos chilenos recebem mais de US$ 50 bilhões de investimentos dos fundos de pensão.

11 GRANDES GRUPOS
multinacionais que operam no Chile recebem investimentos de quase US$ 15 bilhões dos fundos de pensão

A escravidão pelas dívidas: a pilhagem das grandes cadeias de lojas e supermercados

O roubo e a superexploração do povo são duas caras da mesma moeda. Além de levarem os fundos de pensão dos trabalhadores, com as reformas trabalhistas feitas pelos governos da esquerda e da direita, aumentaram a exploração levando a salários de fome, obrigando-os a se endividarem, impondo uma escravidão por dívidas. As grandes lojas e cadeias de supermercados têm mais lucro com as dívidas do que com a venda de mercadorias.

ENDIVIDAMENTO

80%
das famílias estão endividadas.
A dívida familiar chega a
74,3%
de tudo que ela recebe no ano.

os, são 30 anos

O roubo do cobre e dos recursos naturais

Enquanto as AFPs controlam uma soma equivalente a 75% do PIB chileno, a fortuna da mineração do cobre, presenteada às famílias bilionárias de grupos estrangeiros entre 2005-2014, representou 45% do PIB (em 2014).

Após a nacionalização do cobre, 94% da produção estava com o Estado. Hoje, 77% das exportações pertencem a companhias norte-americanas, britânicas e canadenses. Esse saque também foi impulsionado pelos governos da Concertação (governos pactuados).

US$120 bi

Lucro das dez maiores mineradoras ente 2005 e 2014

US$ 5 bi

Quanto custaria para financiar educação gratuita e universal, aposentadoria e outros direitos

Lítio: o ouro branco

Componente fundamental para as baterias de smartphones, computadores, carros elétricos e armazenamento de energia solar. Entre 70% a 80% do lítio mundial estão concentrado nos Andes, nos salares da Bolívia (Uyuni), no Chile (Atacama) e na Argentina (Hombre Muerto). A principal empresa estatal de lítio, SQM, foi entregue por Pinochet a seu ex-genro, Ponce Lerou. Somente duas empresas (Rockwood e SQM) exploram o lítio no Chile.

Os bosques privatizados

São duas as famílias donas de quase toda a indústria florestal do país: o grupo Matte-CMPC e o grupo Angelini-Celulose Arauco. Incendiar os bosques para plantar a rentável produção de pino e eucalipto é sua prática usual. Assim, o bosque chileno se transformou numa grande plantação seca para exportação florestal de um negócio milionário.

A água privatizada e desnacionalizada

Hoje, mais de 80% dos direitos sobre a água no Chile estão nas mãos das transnacionais, muitas delas mineradoras. Das empresas que abastecem as cidades do país, 99% também são transnacionais.

O poder e o dinheiro

O dinheiro controla o poder, e o poder é a alavanca para acumular mais dinheiro. Todos os magnatas do Chile construíram suas fortunas a partir do poder do Estado. Desde a ditadura até os governos, de "esquerda" e de "direita", manejam todos os fios da economia e da política.

Não há maneira de acabar com a desigualdade social com tamanha concentração do poder econômico. Nem é possível alcançar uma sociedade democrática enquanto eles conservarem o botim da pilhagem. Por isso é tão difícil conseguir uma reivindicação democrática, como uma Assembleia Constituinte, livre, democrática e soberana, sob o Estado capitalista colonizado chileno, no qual dez famílias associadas ao imperialismo exploram e espoliam os trabalhadores, o povo e o país.

SAÍDA

As propostas do MIT para o Chile



O Movimento Internacional dos Trabalhadores (MIT), organização revolucionária irmã do PSTU e seção da Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI), defende as seguintes propostas no processo revolucionário chileno:

- Continuar nas ruas até que Piñera, todos eles e a Constituição de 1980 caiam.
- Basta de repressão: liberdade de imediata aos presos por lutar. Julgamento e punição aos violadores dos direitos humanos.
- Multiplicar e coordenar as assembleias populares e operárias para organizar e decidir tudo.
- Nenhum pacto ou concertação social com Piñera como defendem as direções e setores da Frente Ampla e do Partido Comunista.
- Por uma Assembleia Constituinte convocada e controlada pelas assembleias populares.

POR UM PLANO DE EMERGÊNCIA E UMA SEGUNDA INDEPENDÊNCIA:

- Perdão das dívidas dos trabalhadores, da juventude e do povo.
- Fim das AFPs, por um sistema previdenciário de repartição e solidário.
- Saúde, educação e transporte públicos, gratuitos e estatais controlados pelos trabalhadores e pelo povo
- Fim da subcontratação e do trabalho informal que reduz direitos. Abaixo as leis trabalhistas de Pinochet!
- Redução da jornada de trabalho para garantir emprego para todos. Aumento do salário mínimo.
- Direito à autodeterminação do povo mapuche.
- Não ao TPP e fim de todos os acordos de livre comércio. Chega de colonização no Chile. Por uma segunda independência.
- Confisco dos bens, expropriação e nacionalização das AFPs, seguros e bancos, renacionalização do cobre e dos recursos naturais sob controle dos trabalhadores e do povo.
- Que as poucas famílias capitalistas e golpistas devolvam ao povo o que roubaram.
- Continuar a revolução nas ruas e organizar uma greve geral que paralise o país para derrubar Piñera e conquistar o plano de emergência.
- Por um governo operário e popular com as assembleias populares.
- Organizar a defesa do povo trabalhador para garantir os protestos.

LEIA O ARTIGO COMPLETO EM:

ABAIXO O GOLPE NA BOLÍVIA

Organizar a resistência para derrotar o golpe

LIGA INTERNACIONAL DOS TRABLHADORES (LIT-QI)

Foi consumado um golpe contrarrevolucionário na Bolívia, dirigido por Luis Camacho, pelas Forças Armadas e pela polícia, que utilizaram uma mobilização popular, no início progressiva, contra a fraude eleitoral de Evo Morales.

O que acontece na Bolívia é parte de um processo que ocorre em vários países, com enfrentamentos mais duros entre revolução e contrarrevolução. Temos inúmeros ascensos revolucionários (como no Chile, no Haiti, em Hong Kong, no Líbano, no Iraque etc.). Agora, assistimos a esse golpe na Bolívia.

Os que lutavam contra o governo de Evo Morales não podem ter esperança no golpe. O poder nesse momento se apoia sobretudo nas Forças Armadas. Não virá nada de progressivo daí, só repressão ao movimento de massas. Nós, da LIT-QI, que sempre nos posicionamos contra o governo burguês de Evo, chamamos a mais ampla unidade de ação contra o golpe militar.

COMO SE CHEGOU ATÉ AQUI?

O governo de Evo Morales estava a serviço das multinacionais e da burguesia. Fez inúmeras concessões à mesma burguesia golpista de Santa Cruz. Manteve o apoio da maior parte do grande capital enquanto conteve o movimento. Em 13 anos no governo, não houve nenhuma mudança na dominação capitalista do país. Chegou a admitir a queima de parte da Floresta Amazônica junto com Bolsonaro para buscar acordo com a burguesia agrária.

Para tentar manter-se no poder, mesmo sendo cada vez mais impopular, passou por cima do plebiscito de 2016, que lhe impedia de concorrer a um quarto mandato. Depois, quando o resultado das eleições indicou um segundo turno, fraudou o processo e se declarou vitorioso.





AS CONTRADIÇÕES

A mobilização contra a fraude eleitoral era progressiva no início, porque tinha um conteúdo democrático contra o governo burguês de Evo, apesar de haver elementos reacionários, com a presença de uma direção burguesa, como Carlos Mesa. No começo, surgiram mobilizações de classe média, depois, abrangeram setores populares mais amplos.

A burguesia de ultradireita de Santa Cruz, no entanto, liderada por Camacho, apoiou-se nessa mobilização para chamar um golpe militar. Trata-se de uma burguesia violenta, xenófoba e anti-indígena.

Começaram a ocorrer motins policiais que indicavam o golpe. A força das armas foi colocada a serviço da proposta da ultradireita e da derrubada de Evo. A cúpula do Exército assumiu de início uma postura de não intervir, como se existisse neutralidade numa situação como essa. Depois, solicitou a Evo que renunciasse. Na verdade, foi um ultimato, e Evo renunciou.

Trump também exigiu a renúncia de Evo e depois aplaudiu "os militares por protegerem a Constituição".

O que houve não foi uma simples renúncia. Em essência, houve um golpe militar que Evo aceitou sem resistência.

ERA POSSÍVEL IMPEDIR?

Pode haver diferenças e crises dentro da frente burguesa vitoriosa pelas contradições entre Camacho e Mesa. Contudo, já houve uma mudança no regime na Bolívia, de democrático burguês para bonapartista, como resultado de um golpe vitorioso. Essa é a essência do que está acontecendo na Bolívia.

O poder passa, hoje, pelas Forças Armadas e seu bloco político com o setor burguês vitorioso, que inclui Camacho e a burguesia de Santa Cruz em primeiro lugar. Em segundo plano, estão Mesa e o restante da burguesia opositora.

A renúncia de Evo Morales tem outro conteúdo importante. Foi a recusa a resistir, típica de um dirigente burguês que tem muito a perder e foge sem lutar. A Bolívia tem muitos golpes militares na sua história e também muita resistência a esses golpes, que terminaram derrotados.

Não é verdade que Evo não tinha bases no movimento de massas. Porém era necessário mobilizar e armar os trabalhadores. Isso Evo não quis. Caso resistisse, poderia abrir um enfrentamento revolucionário que ele, como dirigente burguês, preferiu evitar.

UNIDADE PARA DERROTAR O GOLPE

As consequências do golpe já começaram a ocorrer. Já ocorreram prisões e repressões contra dirigentes do Movimiento al Socialismo (MAS), partido de Evo. Isso vai se estender às bases do movimento de massas.

É necessário reorganizar as forças nas lutas diretas, apontar para a auto-organização do movimento de massas e recolocar em cena a possibilidade de derrotar o golpe. Chamamos todas as organizações do movimento de massas da Bolívia e de todo o mundo à mais ampla unidade de ação para lutar contra o golpe.

Defendemos eleições livres na Bolívia, sem restrições. Não aceitamos a proibição da candidatura de Evo ou de qualquer candidatura do MAS, que é o que o poder golpista está tramando. Defendemos eleições livres para todos os trabalhadores e todos os setores que quiserem participar.

Como parte dessa luta, manifestamos nossa independência política em relação a Evo Morales. Não somos parte das correntes reformistas que ignoram o caráter burguês de seu governo e sua responsabilidade para a vitória do golpe até o momento.

- Abaixo o golpe na Bolívia!
- Eleições livres sem restrições!
- Nenhuma confiança em Evo Morales!

mural

BOLA DENTRO

Santos contra o racismo



No jogo do dia 17 de novembro pelo Brasileirão contra o São Paulo, o Santos entrou em campo na Vila Belmiro com uniforme que denunciava o racismo no país. Os números nas camisas dos jogadores viraram porcentagens que expressam a brutal desigualdade entre brancos e negros no Brasil. O zagueiro Gustavo Henrique, por exemplo, vestiu a camisa 86%, percentagem de negros flagrados em trabalhos análogos à escravidão.

Ironia do destino, bem no dia deste jogo, o presidente Jair Bolsonaro resolveu passar pela Vila Belmiro para assistir a disputa. A reação, porém, foi bem contundente. Além das vaias que se sobressaíram aos poucos gritos de "mito" das cadeiras e camarotes, as torcidas santistas Jovem e Sangue Jovem divulgaram notas de repúdio à presença do presidente declaradamente racista, machista, lgbtfóbico e xenófobo.

O técnico do Santos, Jorge Sampaoli, teria tido uma ferrenha discussão com os cartolas do clube. Relato dos jornalistas Paulo Cezar de Andrade Prado e Lucas Musetti, dão conta de que o técnico teria ameaçado se demitir caso fosse obrigado a cumprimentar Bolsonaro. Para quem não se lembra, Sampaoli se solidarizou publicamente com a insurreição do povo chileno contra o governo Piñera e denuncia as ditaduras, das quais já sofreu na pele na Argentina.

BOBO DA CORTE

Ministro da Deseducação



O ministro da Educação, Abraham Weintraub não perdeu a oportunidade de falar besteira. No dia 15 de novembro, ele aproveitou os 130 anos da proclamação da República para... defender Dom Pedro II! "*Há 130 anos, foi cometida uma infâmia contra um patriota, honesto, iluminado, considerado um dos melhores gestores e governantes da História*", escreveu em suas redes sociais.

Pensando bem, faz todo sentido, já que o império tem tudo a ver com o regime escravocrata que o governo Bolsonaro tenta impor no país.

Não feliz, Weintraub ainda aproveitou para expor toda a sua misoginia. Ao responder uma seguidora que disse que "*se voltarmos à monarquia, certamente você será nomeado bobo da corte*", o ministro disse: "*uma pena, prefiro cuidar dos estábulos, ficaria mais perto da égua sarnenta e desdentada da sua mãe.*"

Nada mais apropriado para um ministro cujo único programa é o desmonte completo da educação pública.

VIAJOU

Witzel: "Rio é tão seguro quanto Nova Iorque, Paris e Madri"



Em meio à comoção provocada pela morte de mais uma criança, fruto da violência que assola o Rio de Janeiro, a menina Ketellen, vítima de "bala perdida", o governador Wilson Witzel (PSL) foi à imprensa dizer que a cidade do Rio é tão segura quanto Paris, Nova Iorque e Madri. "*Se nós olharmos para o resto do mundo, nós estamos no mesmo patamar de Nova Iorque, de Paris e de Madri*", delirou Witzel.

Com a repercussão da declaração insana, Witzel tentou remendar horas mais tarde, justificando que se referia apenas às áreas turísticas, leia-se, as partes mais nobres da cidade. "*Leblon, Copacabana, Ipanema, Botafogo, Flamengo. Se você pegar o mapa da rua, não tem homicídio*", declarou, deixando bem evidente para quem ele governa e o que considera que é o Rio de Janeiro. O governador explicou que os homicídios ocorrem nas comunidades: "*Turista vem pra cá e não vai ficar em cima do morro.*"

Vale lembrar que das inúmeras operações policiais realizadas pelo governo Witzel, que resultaram em várias mortes de inocentes, nenhuma ocorreu nas áreas dominadas pelas milícias.

BARBÁRIE

Moradores de rua envenenados na Grande São Paulo



Pelo menos quatro pessoas morreram na cidade de Barueri, na Grande São Paulo, após tomarem uma bebida envenenada. As vítimas estavam em situação de rua. Quatro homens e uma mulher estavam ainda internados num hospital da região com sintomas de intoxicação. Todos teriam sido envenenados por uma bebida alcoólica contaminada por veneno oferecida a eles.

Um dos contaminados contou que ganhara a bebida na região central de São Paulo conhecida como Cracolândia. Outra hipótese é que o crime tenha sido cometido por comerciantes da região de Barueri. De qualquer forma, é expressão da barbárie, da crise e da degradação social causada pelo capitalismo.

25 DE NOVEMBRO

Basta de violência e machismo!

ÉRIKA ANDREASSY, DA SECRETARIA NACIONAL DE MULHERES

O dia 25 de novembro é Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher. Instituída pela ONU em 1999, a data serve para chamar a atenção do mundo para o impacto desse tipo de violência nas vidas das mulheres. Para as trabalhadoras, além de ser um dia de luta contra a violência e o machismo, também é dia de se rebelar contra a exploração capitalista.

Em todo o mundo, a violência contra as mulheres cresce de forma alarmante. Segundo a ONU, uma em cada três mulheres foram ou serão vítimas de violência machista. No Brasil, a cada quatro minutos uma mulher sofre violência física, e esse número conta apenas as que sobrevivem às agressões. No ano passado, foram registrados mais de 145 mil casos de violência física, sexual, psicológica e de outros tipos em que as vítimas sobreviveram. Os feminicídios também dispararam. Só na cidade de São Paulo, houve um crescimento de 167% nos casos.



A violência contra as mulheres também se expressa de outras formas, como na desigualdade salarial, na dupla jornada, nos altos índices de desemprego, na falta de acesso à saúde e à educação de qualidade, na falta de moradia e de condições dignas de vida. A criminalização do aborto, que condena milhares de mulheres todos os anos a sequelas e a mortes, também é violência.

Governo Bolsonaro não tem política para as mulheres

Bolsonaro não só não tem política para combater a violência contra as mulheres como ainda contribui para agravar essa situação. Os gastos do governo com políticas de enfrentamento à violência foram quase zero até agora. O governo também extinguiu conselhos e comitês responsáveis pela elaboração de políticas de combate à violência, como o Comitê de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e o Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT. No início de novembro, o governo editou um decreto que retira a obrigatoriedade de o governo federal auxiliar na manutenção das Casas da Mulher Brasileira.



O discurso de ódio de Bolsonaro e de seus representantes, inclusive da ministra Damares Alves, reforça o machismo e potencializa a violência. Em abril, em meio a uma entrevista coletiva, o presidente chegou a fazer apologia ao turismo sexual. Damares, por sua vez, afirmou a que a culpa dos estupros de meninas em Marajó (PA) era delas por não usarem calcinha.

Como se isso não bastasse, os ataques do governo ao conjunto da classe trabalhadora afetam as mulheres de forma direta. A reforma da Previdência e o novo pacote de medidas dificultam o acesso ao trabalho e à aposentadoria de milhares de trabalhadoras.

Combinação entre racismo e machismo vitimam mais as mulheres negras

Novembro é o mês de luta contra a violência às mulheres e também o mês da Consciência Negra. Num país como o nosso, em que as principais vítimas da violência machista são as mulheres negras, uma data não pode estar separada da outra.

A combinação entre machismo e racismo faz das mulheres negras as principais vítimas da violência. Não por acaso, 66% dos assassinatos femininos são cometidos contra mulheres negras. As negras estão na base da pirâmide social, são as que recebem os salários mais baixos, detêm os maiores índices de desemprego e sofrem de forma mais contundente a violência institucional.

Elas também são a maioria das vítimas da violência doméstica, dos feminicídios e dos abusos sexuais. O estereótipo da "mulata dotada de erotismo", resquício da escravidão e reproduzido de forma sistemática pelos meios de comunicação, resulta, por exemplo, no fato de que 60% dos estupros são cometidos contra mulheres negras.

Pelo fim da opressão e da exploração



O capitalismo decadente submete cada vez mais as mulheres à opressão e à violência. Isso serve para dividir a classe e superexplorar uma parte dela, as mulheres trabalhadoras. Por isso, a luta contra o machismo e a violência não é uma tarefa só das mulheres, mas do conjunto da classe trabalhadora e deve ser tomada como parte da luta para destruir o sistema capitalista.

Os levantes na América Latina e pelo mundo têm mostrado o papel das mulheres na luta contra a exploração. No Equador, no Haiti, em Hong Kong, no Iraque, no Chile ou na Bolívia, as massas exploradas tomam as ruas com as mulheres à frente, derrubando todos os preconceitos e lutando contra seus governos por uma vida mais digna. As mulheres bolivianas, com seus filhos no colo, enfrentam o golpe racista de direita em seu país e mostram que fazem parte da luta. As jovens chilenas enfrentam a repressão de Piñera e se organizam em assembleias populares. É fundamental que nesse processo as bandeiras das mulheres, contra a violência e o machismo, por igualdade e direitos, sejam tomadas também pelo conjunto do movimento.